

Dívida Externa

Começar de novo

JORNAL DE BRASÍLIA

29 NOV 1987

O País ingressa esta semana no clima pré-natalino — quase três anos após haver introduzido o «Governo de mudanças» — sob um quadro psicossocial de grande depressão e grave descrença na capacidade da liderança de formular e executar uma política econômica consistente e autode-monstrável. Percebe-se que o Governo não foi capaz de se impor por um projeto próprio, optando por substituir ministros a cada revés, como se a este e não ao Presidente coubesse a responsabilidade pela condução da política econômica. Está aí o primeiro erro. Em três anos, experimentamos três diferentes estratégias de combate aos mesmos problemas, em todas elas verificando-se anômala separação entre o que faz o Ministério da Fazenda e o que faz o restante do Governo, geralmente um em oposição ao outro.

O comportamento da dívida pública este ano foi exemplar como demonstrativo da insubordinação do Governo à sua própria política econômica: assumiu-se o compromisso de reduzir o déficit a 3,5 por cento do PIB — meta essencial à estabilização monetária — mas, ao contrário, os diversos compartimentos do Governo continuaram a gastar como se nenhum compromisso tivessem com a meta. O resultado foi que o déficit não caiu, mas elevou-se, devendo fechar em 7 por cento do PIB, patamar absolutamente incompatível com qualquer expectativa de reversão do quadro inflacionário.

Enquanto isso, desenha-se na cabeça da liderança o quadro de um novo «choque hetero-

doxo», do tipo tabelamento de preços, como se persistisse sendo inercial e não eleitoral, como de fato é, a causa da inflação. Se o Presidente não houvesse se comportado este ano do mesmo modo como se comportou no ano do Cruzado em relação às pressões políticas e houvesse resistido, e tivesse saneado a administração, tornando-a menos onerosa e menos corrupta, seguramente a meta para o déficit público teria sido atingida. Atingindo-a, a inflação estaria contida, o quadro político lhe seria favorável e suas aspirações em relação à duração do mandato seriam por certo satisfeitas. Optando, ao contrário, por uma inflação de 12,5% em novembro, mais de 15% em dezembro e só Deus sabe quanto em janeiro, corre ele o risco de ver seu mandato encurtado para menos de quatro anos.

Ainda mais grave, nesse quadro desolador, é constatar que o incremento do déficit público ocorreu sem qualquer contrapartida em obras sociais ou economicamente reprodutivas. Os gastos sociais foram todos de natureza assistencial, incapazes, portanto, de proporcionar a recuperação dos assistidos; os outros gastos foram feitos com as atividades-meio, isto é, com o custeio do aparato estatal que não cessa de crescer ou ainda com o socorro a estados falidos pela corrupção e pela incompetência.

O setor privado, como sempre, paga a conta. O crescimento industrial foi sensivelmente inferior à meta de 3% fixada pelo Plano Macroeconômico, uma vez que, tendo os preços crescido muito mais do que os

salários — em oposição a um explícito compromisso do Governo — configurou-se quadro desfavorável ao investimento, optando as empresas por permanecerem na expectativa, mantendo seus negócios no nível estritamente indispensável à sobrevivência. O «choque fiscal» é o único remédio que o Governo encontra para fazer frente à adversidade por ele criada, indiferente ao fato de que lhe falta autoridade para impedir que, através da desobediência traduzida em sonegação, o «choque» se revele inútil.

Preocupa-nos, ainda, constatar que não temos opção. A estrutura cartorial de poder estabelecida no País não permite o surgimento de nova liderança, subjugando-nos à fatalidade de conviver com os nomes conhecidos que todos sabemos incapazes de efetivar um «governo de mudanças». Talvez seja preciso zerar tudo para que tudo recomece. Prescrever os mandatos e proscrever os partidos políticos no exato momento em que a Constituição for promulgada, pode parecer idéia radical demais, mas é a única que se nos apresenta nesse cenário de impasse e perplexidade. Se o caminho não for esse — um caminho constitucional e politicamente ético — só restará a alternativa da ruptura da ordem constitucional que, sem a garantia de que os atuais problemas serão resolvidos, trará a certeza de que outros problemas serão criados.

Que a liderança reflita. O País não pode mais continuar assim.